

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	TEORIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO								
DOCENTE	PATRÍCIA REGINA PINHEIRO SAMPAIO								
CÓDIGO	GRDDIR026	SEMESTRE	2023.2	PERÍODO	4º	NATUREZA	OBRIGATÓRIA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Princípios da Administração Pública. Organização da Administração Pública. Agentes públicos. Ato e processo administrativo. Poder de polícia. Licitações e contratações públicas. Bens públicos. Intervenção do Estado na propriedade privada.									
OBJETIVOS	<p>O objetivo da disciplina consiste em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - fornecer um panorama dos principais institutos do direito administrativo - propiciar entendimento acerca da organização administrativa e dos agentes públicos - apresentar as principais características do ato e do processo administrativos - introduzir o tema das licitações e contratações administrativas - trazer discussões em torno da complexidade da gestão dos bens públicos - apresentar as principais formas de intervenção do Estado sobre a propriedade privada. 									
METODOLOGIA	Aulas dialogadas e baseadas em casos.									
HABILIDADES	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.									
	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.									
	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.									
	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.									
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.								
	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.									
	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.									
	Exigência MEC	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.								
	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.									
	CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.								
	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.									
	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.									
	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.									
Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.										
X	<p>Outras: - ter uma compreensão abrangente dos principais valores que devem informar a atuação da Administração Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - conhecer com precisão as diferenças entre órgãos e entidades da Administração Pública - ter uma compreensão geral do regime jurídico dos agentes públicos - analisar criticamente as formas de manifestação da Administração Pública - ter noções básicas sobre o exercício do poder de polícia - ter noções breves acerca da licitação e contratação pela Administração Pública - conhecer os principais aspectos da desapropriação, da servidão administrativa e do tombamento 									
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO										
AULA	TEMA									
1	Apresentação do curso. Princípio da supremacia do interesse público e sua releitura									
2	Princípio da Legalidade e poder regulamentar									
3	Princípio da Legalidade e poder regulamentar									
4	Princípio da Legalidade. Ato discricionário e ato vinculado									
5	Princípios da impessoalidade, publicidade, moralidade, eficiência e motivação									
6	Organização da Administração Pública – Administração direta e indireta									
7	Organização da Administração Pública – Administração indireta (autarquias e fundações públicas)									

8	Organização da Administração Pública – Administração indireta (empresas públicas e sociedades de economia mista)
9	Organização da Administração Pública – Administração indireta (empresas públicas e sociedades de economia mista)
10	Agentes públicos 1
11	Agentes públicos 2
12	Ato administrativo 1
13	Ato administrativo 2
14	Processo administrativo
15	Poder de polícia
16	Licitações 1
17	Licitações 2
18	Licitações 3
19	Contratos administrativos
20	Contratos administrativos
21	Bens públicos 1
22	Bens públicos 2
23	Desapropriação
24	Servidão administrativo e Tombamento
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Duas provas de igual peso, valendo 10 cada uma, presenciais
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2023. <i>E-book</i> . JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. São Paulo: RT, 2023 ZANELLA DI PIETRO, Maria Sylvia. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2023
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ARAGÃO, Alexandre Santos de. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: RT, 2021 OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Gen, 2023 MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. São Paulo: RT, 2020. SARMENTO, Daniel (org.). Interesses públicos X interesses privados: desconstruindo o princípio da supremacia do interesse público. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2005